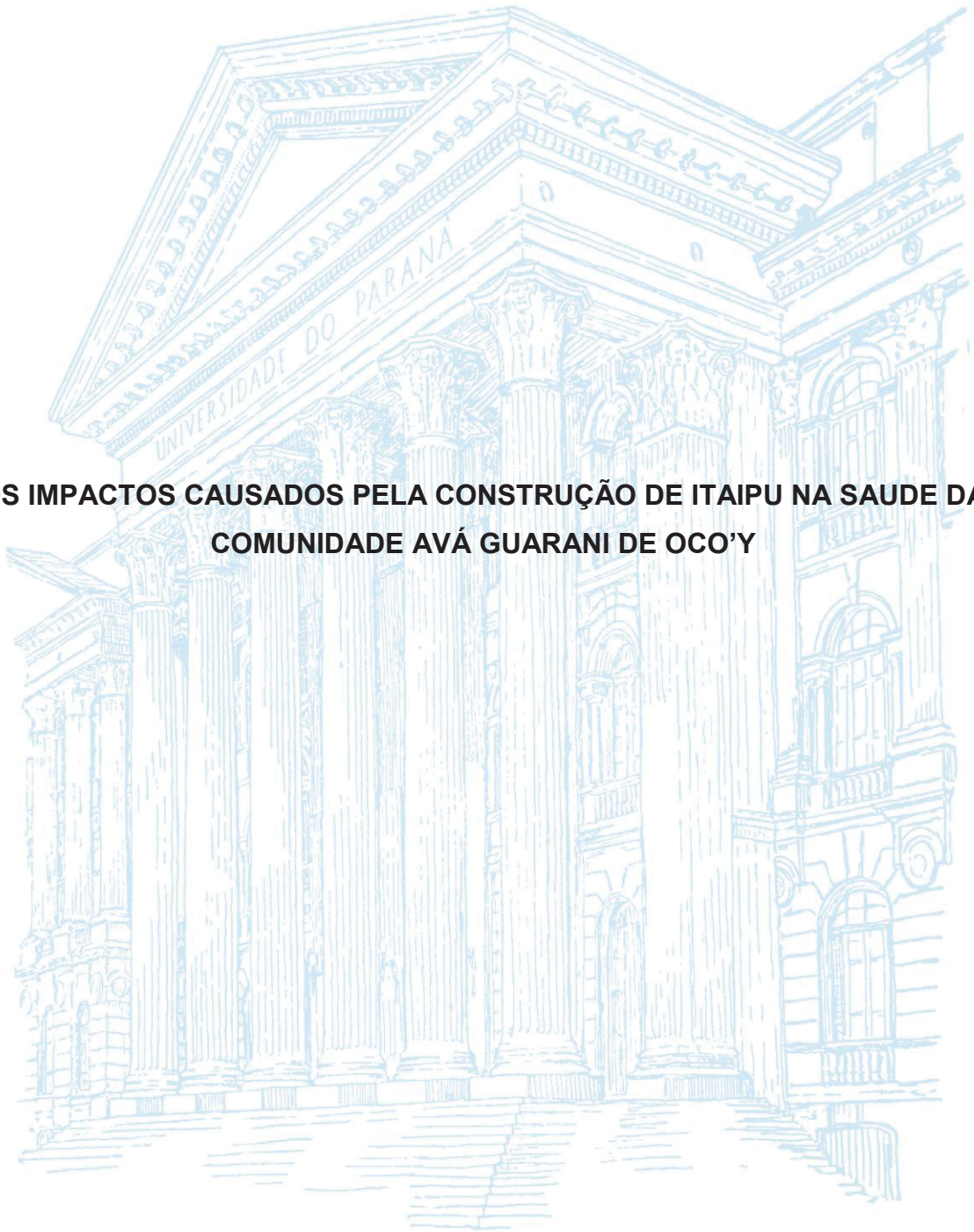


**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ – UFPR**

**OSVALDO NELSON VILLASANTI CACERES**

**OS IMPACTOS CAUSADOS PELA CONSTRUÇÃO DE ITAIPU NA SAÚDE DA  
COMUNIDADE AVÁ GUARANI DE OCO'Y**



**CURITIBA**

**2017**

OSVALDO NELSON VILLASANTI CACERES

**OS IMPACTOS CAUSADOS PELA CONSTRUÇÃO DE ITAIPU NA SAUDE DA  
COMUNIDADE AVÁ GUARANI DE OCO'Y**

Trabalho apresentado como requisito parcial à  
obtenção do grau de Especialista no curso de Pós-  
graduação em Sociologia Política, da Universidade  
Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Renato Perissinotto.  
Co-orientadora: Andréa Oliveira de Castro

CURITIBA

2017

## RESUMO

Este estudo tem por objetivo principal compreender o impacto da construção da Usina Hidroelétrica de Itaipu, no oeste do Estado do Paraná, na saúde dos Guarani Ñandeva ou Avá Guarani de Oco'y. Essa comunidade indígena habitava as terras que hoje é ocupado pelo Lago de Itaipu, e foram deslocados para a região de São Miguel do Iguazu em uma faixa de preservação permanente de forma provisória, isso no início da construção em 1977. Uma segunda demarcação ocorreu de duas reservas indígenas no Oeste do Paraná, Santa Rosa do Oco'y e Tekoha Añetete. Ao se confrontar alguns referenciais bibliográficos se percebe que os impactos causados pela construção da Hidroelétrica de Itaipu para o Avá Guarani de Oco'y provocou alterações significativas no modo de vida dessa comunidade. As condições internas das aldeias se deterioravam, as desilusões da saída de suas terras relacionam-se com alcoolismo e a prostituição e as mudanças para os grandes centros metropolitanos. As doenças para o Avá-Guarani em muitas vezes correlacionam as causas aos espíritos ou fenômenos extras- humanos sejam os da alma de mortos que não conseguiram chegar ao Yvy Marãe'y (terra sem mal), os dos bichos e dos donos dos bichos, através do encantamento do bicho, ou como "prisão da alma" feita como represália aos abusos dos humanos nos domínios da mata. A população indígena da aldeia Oco'y são resistentes, por que mesmo habitando na tríplice fronteira onde praticamente é falado o português, espanhol e o guarani, eles mantem vivo a cultura e suas tradições, uma característica marcante desta aldeia. É preciso entender que não há mais possibilidade de trata-los como iguais culturalmente e socialmente, pois apresentam uma cultura e uma estrutura social própria que precisa ser entendida por parte da sociedade e dos governantes.

**PALAVRA-CHAVE:** Avá Guarani. Hidroelétrica de Itaipu. Deslocamento forçado. Cultural Indígena.

## ABSTRACT

This study has as main objective to understand the impact of the construction of the Itaipu Hydroelectric Plant, in the west of the state of Paraná, on the health of the Guarani Ñandeva or Ava Guarani of Oco'y. This indigenous community dwelt in the land that is now occupied by the Itaipu Lake, and were moved to the region of São Miguel do Iguazu in a range of permanent preservation of provisional form, that at the beginning of construction in 1977. A second demarcation occurred in two indigenous reserves in the west of Paraná, Santa Rosa of the Oco'y and Tekoha Añetete. When you confront some bibliographic references that realizes that the impacts caused by the construction of the Itaipu Hydroelectric to Avá Guarani of Oco'y caused significant changes in the way of life of this community. The internal conditions of the villages, ameliorating the disappointments of output of their land relate to alcoholism and prostitution and the changes to the major metropolitan centers. The diseases for the Avá-Guarani in often correlate the causes to the spirits or phenomena bonus-humans are the soul of the dead who could not reach Marãe Yvy'y (land without evil), the animals and the owners of the animals, through the enchantment of the beast, or as "prison of the soul" as retaliation to the abuses of rights in the areas of Atlantic. The indigenous population of Hollow Village'y are resistant, why even dwelling in the triple border where practically is spoken in Portuguese, Spanish and Guarani, they keep alive their culture and traditions, a striking feature of this village. You need to understand that there is more possibility of treating them as equals culturally and socially, because they have a culture and social structure itself that needs to be understood by part of society and of the rulers.

Keyword: Avá Guarani. Itaipu Hydroelectric. Forced Displacement. Indigenous Cultural.

## Sumário

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>6</b>
<b>2 POVO GUARANI DE OCO'Y E A CONSTRUÇÃO DA HIDROELETRICA DE ITAIPU .....</b>	<b>9</b>
2.1 O AVA – GUARANI DE OCO'Y .....	9
2.2 CONSTRUÇÃO DA HIDROELÉTRICA DE ITAUPU .....	14
2.3 A SAUDE DO POVO AVA GUARANI DE OCO'Y .....	21
<b>CONSIDERAÇÃO FINAL .....</b>	<b>30</b>
<b>REFERENCIAS .....</b>	<b>32</b>

## 1 INTRODUÇÃO

“As histórias possíveis são pensadas e contadas de formas específicas, diferenciadas a partir de quem e de onde se conta o que se relaciona tanto aos limites das experiências vividas, como também às seleções feitas dos fatos a serem contados” (Lévi-Strauss, 1997:285).

O estudo ora proposto tem como tema central analisar e investigar a relação da saída da população Avá Guarani de seu território original as margens do Rio Paraná, após a construção da hidroelétrica de Itaipu. O que os impactos ambientais causados por essa grande construção alteraram sua identidade cultural e social. E de que maneira a população indígena Guarani que ocupava a região das Bacias do Rio Paraguai, Paraná e Uruguai e seus afluentes, conhecida mundialmente como a Bacia do Prata, também influenciou a região no aspecto cultural e social.

Relatos históricos afirmam que desde a época colonial portuguesa comprovam que essa população indígena habitava a região da Bacia do rio Paraná na Tríplice Fronteira entre o Brasil, Paraguai e Argentina, denominada por eles como Tekoa Guassu, conjunto de várias aldeias Guarani ou Aldeia Grande. Afirmam também que no decorrer do século XX, o governo brasileiro na tentativa de conquistar destaque internacional acreditava que ao construir grandes empreendimentos conseguiria respeito e independência financeira.

Entre esses empreendimentos a construção da Hidroelétrica de Itaipu se destaca, situada no oeste do estado do Paraná as margens dos da bacia de mesmo nome. E que sua construção viria contribuir significativamente para a tão sonhada notoriedade internacional e o enriquecimento com a produção de energia conforme sonhavam os governantes brasileiros.

Para a realização deste sonho brasileiro, o Guarani que habitava a região foi expulso de suas terras, resultando em uma desconstrução do território indígena, a grande maioria foi expulsa para o Paraguai e mesmo com pressão do governo brasileiro e a perseguição dos agricultores, um grupo que habitava a região de Jacutinga é deslocada forçadamente para a região de São Miguel do Iguaçu.

É importante se destacar o jeito simples de ser o guarani, o espírito guerreiro pela sobrevivência. Que mesmo com os problemas políticos, as perseguições pelos latifundiários e a total rejeição por algumas pessoas não indígenas, a perseverança

em ocupar seus espaços no seu território, jamais deixou de suas características tão peculiares. O Ñanderú lhes deu para se alimentar, manter viva a cultura e as lembranças de seus ancestrais, construir uma família, uma terra livre de males onde só existe prosperidade e onde o espírito descansa junto aos seus seres queridos quando partir desta terra é sua busca constante. A mitologia guarani é rica como a crença do Karai pyharé (senhor da noite), um espírito que anda vagando pelas noites e, que vem afligir as pessoas que não estão bem sintonizados com o lado espiritual, e que só é possível afasta-lo através de rezas em sintonia com Ñanderú. Também existe o Jasy yatere, um duende de cabelos loiros que habita a mata e que aparece logo após o almoço, para levar a criança por meio do encantamento e assim alimentar o seu espírito que anda vagando durante o dia, e se for encontrado a criança se torna muda para sempre. Por esse motivo as pessoas tem o maior respeito para não serem carregados por eles e ficar perdidos pela mata. O Guarani acredita em divindades e que tudo tem sua causa e o seu efeito.

A pretensão ao desenvolver este trabalho é contribuir um pouco mais, por meio de uma análise fiel e digna da população indígena e oferecer aos leitores, defensores das causas indígenas, um subsídio a mais para que se possa entender melhor esta sociedade marginalizada pela maioria da população não indígena.

Para a realização deste estudo o procedimento metodológico utilizado é o da coletânea de referências bibliográficos existentes sobre o tema proposto, e é do tipo exploratório a partir de material já publicado, como livros, artigos, periódicos, Internet, etc. Após análise do material coletado os conteúdos foram organizados em três capítulos distintos divididos assim;

No primeiro tópico diz a respeito dos Avá – Guarani de Oco'y , tendo como autores em destaque Melià ( 1989), Ladeira (2000),Carvalho (1981), Clastres (1978), Albernaz (2009) dentre outros. Neste capítulo se teve a intenção de falar sobre os Avá Guarani, sua localização frente os eventos históricos desde os primeiros relatos até a atualidade, característica do povo que é considerado como trans-fronteiriços devido aos seus deslocamentos sem que haja fronteiras a serem obedecidas e principalmente quando é definida a construção da hidroelétrica de Itaipu, e seu deslocamento forçado da região da Tríplice Fronteira, onde tinham seu Ñanderú para a região de São Miguel do Iguazu. Também é feito uma análise quando a maneira de viver dos Avá Guarani, sua relação com o não indígena, como é o casamento e a relação com os demais familiares da sua comunidade e as demais

aldeias. A importância da busca da “Terra sem males”, quais são as características da terra para o guarani. Outro ponto a se destacar é os efeitos que a construção de Itaipu promoveu dentro da comunidade indígena como a dificuldade em se adaptar ao local causando um déficit na produção de alimentos provocando a busca de recursos fora das aldeias resultando, em uma modificação do modo de vida, principalmente dos jovens que são suscetíveis a drogas e a bebida, como também a alimentação fora dos padrões da aldeia guarani.

No tópico sobre a construção da Hidroelétrica de Itaipu é realizado um relato dos antecedentes históricos sobre o relacionamento do governo brasileiro e Paraguai. Também a intenção dos governantes brasileiros em conquistar o destaque internacional com a grande construção de Itaipu, mais principalmente conquistar a independência financeira com grandes empreendimentos no território brasileiro. Com essa intenção objetivando com estudos na região de Guaíra construir, sem o conhecimento do governo paraguaio o que gerou certo desconforto com o Presidente Strossner e precisou a assinatura do Tratado de Itaipu (26 de abril de 1973), para que houvesse um acordo entre as duas nações para que ocorresse a construção. Após a sua conclusão Itaipu corresponde hoje por 20% de toda a energia consumida no Brasil e 95% da energia que abastece o Paraguai. Itaipu é uma grande obra de engenharia política, jurídica e diplomática. Com a conclusão das obras da barragem, as comportas do canal de desvio foram fechadas, em 13 de outubro de 1982, dando início à formação do Reservatório de Itaipu. O reservatório, um dos maiores do país, com área de apenas 1.350 Km<sup>2</sup>.

No tópico sobre a saúde do povo Avá Guarani de Oco'y com base nos dados da Política Nacional de atenção a Saúde do Povo Indígena, mais de 5 milhões de indígenas são dizimados nas terras brasileira, destes foi por expedições punitivas ou manifestações religiosas. Mais a grande causa das mortes ocorre devido as doenças infecciosas, que foram provocadas pelo contato da comunidade indígena com a sociedade do homem branco.

Também esse mesmo documento aponta que a perda da autoestima, desestruturação social, econômica e a perda do referencial cultural contribuíram para acentuar a gravidade deste quadro que atinge diretamente a saúde do povo indígena.



## 2 POVO GUARANI DE OCO'Y E A CONSTRUÇÃO DA HIDROELETRICA DE ITAIPU

Neste capítulo será apresentado um breve histórico sobre o povo Guarani de Oco'y como era sua forma de viver antes da construção da Hidroelétrica de Itaipu, construída na Tríplice Fronteira, justamente as terras que eram habitadas pelo povo Guarani que mediante a grandiosa construção precisou sair de suas terras.

### 2.1 O AVA – GUARANI DE OCO'Y

O Avá Guarani (Nhandéva, Chiripá ou Ava Katú Été), segundo Meliá (1989), são povos trans-fronteiriços, ou melhor, no seu pensamento não devem obedecer às fronteiras feitas pelo homem.

De acordo com Ladeira:

O Guarani (Mbya, Kaiova, Nhandeva) conseguiu manter a configuração de um vasto território – que compreende áreas localizadas no Brasil, Uruguai, Argentina e Paraguai – através de inúmeras aldeias aí espalhadas. Entretanto, se não ocupam seu território de forma contígua, este fato se deve à expansão das sociedades nacionais, e não à perda da relação que mantêm com as terras invadidas. Muito ao contrário, o Guarani conservam uma relação simbólica e prática com o "mundo original". Conscientes da falta de opções insistem em preservar as pequenas áreas onde foram confinados, e que estão longe de conter os recursos ambientais necessários ao seu bem-estar e à sua reprodução física e cultural. (LADEIRA, 2000, p. 784)

Meliá (1989) diz que o Guarani esteve presente nas etnologias de conquista e missionária, presentes nos textos dos franciscanos e clérigos, jesuítas e dos demarcadores portugueses, mas principalmente na etnologia indígena, também são considerados índios “históricos”. Nos séculos XVI e XVII, os viajantes de expedições realizadas por espanhóis e portugueses relatam grandes sociedades ocupavam porções de territórios, que hoje são territórios da Argentina, Bolívia, Brasil, Paraguai e Uruguai. Clastres (1978, p. 8) cita que os territórios guaranis, no século XVI limitavam-se ao norte com o Rio Tiete, a oeste pelo Rio Paraguai, separados por um grande Chaco, próximo ao Império Inca.

Carvalho (1981, p. 2) afirma que com os deslocamentos sucessivos por todo o século XIX e em meados do atual século, os Guaranis espalharam-se pelos atuais estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, pois a “dispersão está ligada a um conjunto de fatores de causas múltiplas atribuídas às condições

espoliadoras que caracterizam a sociedade atual”. Monteiro (1982) complementa que o território dos Guaranis no século XVI, não era ocupado homoganeamente, pois viviam nas florestas subtropicais e tropicais, no litoral e principalmente no sistema de rios Paraná, Paraguai e Uruguai. Formavam um grande território, ou conjunto territoriais para manter estreita comunicação entre si o que chamavam de Peabiru (Brighenti 2005, p. 6). De maneira que mantinham a unidade e as características culturais entre os povos.

A comunidade de Oco'y simboliza bem o Guarani em relação a sua territorialidade, devido a sua resistência em permanecer às margens da Represa de Itaipu, mesmo após suas terras serem inundadas.

A imensa diversidade cultural dos povos indígenas brasileiros e em especial do Avá Guarani produz múltiplas formas cotidianas e compreensão de morte, vida, saúde, doença, infância, velhice, gêneros etc.. Por esse motivo se deve primeiramente conhecer esta sociedade, seus costumes, tradições e sua forma de viver, sua organização social, e como convivem com as próprias regras praticadas dentro de cada aldeia e como é o olhar deles em relação à população não indígena.

Que também, para o Guarani o tempo tem um contexto diferente, se percebe no convívio direto com eles, que tem o jeito único e calmo de ser, como se nada pudesse apressar nem correr atrás do tempo perdido. O sentir e o pensar são a única forma de compreender a forma de vida dentro da sociedade, regras que são orientadas pelos líderes espirituais da aldeia e guiados pelo Ñanderú. O Pajé ou Xamã que é o guia espiritual, através das suas visões espirituais direciona a forma de vida das pessoas que moram na aldeia e exerce muita influencia sobre a população.

Outra característica deste povo é sobre a diferença entre os subgrupos, a diferenciação está na forma como praticam a cultura, como falam a língua, os cantos, as danças, o formato da casa de reza. Meliá (1989) afirma que para o Guarani viver não significa sinônimo de produzir, economicamente se falando, mas a terra é um lugar de se viver, e sem ela não há jeito de se viver, o Nhandereko (jeito de ser). Em outras palavras sem materialidade da terra não tem cultura. Então dentro desta colocação feita pelo autor, a terra ou o lugar não pode ser qualquer terra, tem que ser aquela em que se produza cultura. Além de a terra ser boa para produzir seus alimentos, também tem que ser boa para manter sua família unida e com toda a parentela próxima.

Dentro deste ponto de vista a terra passa a ser o esteio da identidade do povo Guarani. A sua casa é o Tekoa, que pertence a todos e propicia sua prática de vida, onde se torna possível viver as normas ou teko. Para eles todos os membros das famílias são considerados familiares, não somente de sua comunidade mais também das outras e também os que falam outros dialetos chamados parentes de língua. Já os que apresentam a mesma consanguinidade são chamados de “parentes mesmo” ou legítimos para eles, e parente é aquele que tem a condição de viver o mesmo Nhandereko ou “jeito de ser” e os parentes de longe são os não índios e os inimigos. (Bonamigo 2009).

Schaden (1962) diz que entre os povos mais antigos o pai sonhava com a gravidez e contava a sua esposa que engravidava e o nascimento de uma vida significa “a vinda de uma alma do mundo divino para o mundo dos homens que são transportadas para apyka e se assenta no ventre da mãe”. Cadogan (1997) complementa que por meio da placenta que ocorre a ligação do mundo de Deus com a entrada desse mundo. Por esse motivo que após o nascimento ela deve ser enterrada para ser incorporada novamente a terra.

Os meninos são considerados adultos quando atingem a idade de 14 anos ou se já conseguem realizar os trabalhos de um adulto, então podem casar, formar uma roça e viver as normas da aldeia (Schaden 1962). A família extensa é composta por pai/sogro, filhos solteiros, filhas casadas e genros que habitam em casas separadas, sem padrões rígidos de localização, mais o distanciamento entre elas caracteriza o grau de parentesco que formaram o núcleo familiar e o tekoa ou aldeia.

Para o Avá Guarani faz pouco sentido como a sociedade não indígena dividiu os estados, municípios e cidades. Para eles antes dessa divisão, já circulavam por todos os caminhos do mundo. Pereira (2004) complementa que essa terra precisa ter Ka’aguy (mato) para que possa exercer a caça e dela tirar seu alimento, matéria prima para construção de sua casa, artesanato, lenha para o fogo.

É difícil por parte de o povo indígena entender essa burocracia existente e as leis criadas pelos não indígenas tem um processo a ser seguido, o que acarreta intensificar os graves problemas que acomete esta população de ordem política, econômica, demográfica, geográfica e principalmente na área da saúde.

Por conta desses motivos existe um desconforto pessoal muito grande em ver a população indígena em situações muitas vezes degradantes e sem muitas perspectivas. A terra habitada pelo Guarani passa a ser sagrada, tem que ser aquela

e não outra, dizem que o Guarani pertence a terra e não a terra pertence a eles.

A terra sem mal é esse lugar privilegiado, indestrutível em que a terra produz por si mesma os seus frutos e não há morte. São o local onde aqueles que bem se vingaram e comeram muitos de seus inimigos vão para trás das montanhas altas e dançam em ' belos jardins com as almas dos avós. É também um lugar acessível aos vivos aonde era possível, sem passar pela prova da morte, ir de corpo e a alma. (Clastres 1978, p. 30)

É aquela que tem o solo intacto, que não foi edificado, solo virgem. Dessa maneira os deslocamentos dentro do conceito de espacialidade em conjunto com a tradição guarani é que formam a modo de “Ser Guarani”, em outras palavras a procura de terras novas para as aldeias e roças com a migração profética dada pelo Pajé seria a essência de vida autenticamente Guarani (Melià 1989). Significa “nosso jeito de ser” em um território marcado pelos ancestrais, a vivência do Nhandereko em um local propício, onde as relações de sociabilidade entre as aldeias ocorram e a rede de conhecimento e afinidade entre elas aconteçam.

Segundo Oliveira (2014) diz que no Brasil:

Atualmente o Avá Guarani, soma uma população de mais de 2.000 índios aldeados, organizados em 550 núcleos familiares, reunidos nas três pequenas Terras Indígenas demarcadas e mais de 16 aldeamentos que aguardam a finalização do processo de regularização fundiária (OLIVEIRA, 2014, P. 167)

Em especial destaque o grupo indígena do Guarani do Oeste do Paraná e que habitava o localizado em um território denominado de Jacutinga, nos anos de 1970. Em contato com a colonização desta área, nos anos de 80, trasladaram para o espaço compreendido entre os rios Oco'y e Jacutinga. E ficaram conhecidos como Guarani do Oco'y e sua área de ocupação (tekoha) de Jacutinga.

Essa comunidade indígena passa a se chamar o Avá Guarani de Oco'y, essa reterritorialização que deveria ser em sua totalidade, com dimensões de extensão e ambientalmente iguais as suas terras originais e de uso exclusivo não ocorreu. O resultado da insuficiência das terras e de problemas sociais decorrentes deste deslocamento forçado, o povo indígena Avá Guarani sofre com os impactos sociais, ambientais, econômicos e sanitários. O Guarani mantém sua língua viva e plena, sendo a transmissão oral o mais eficaz sistema na educação das crianças, na divulgação de conhecimentos e na comunicação e entre aldeias, se constitui a língua o elemento mais forte de sua identidade. Poucos têm seus interesses junto à sociedade nacional de falar o português com certa fluência. As crianças, mulheres e pessoas idosas são em grande parte, monolíngues.

Um fator a se destacar é a falta de conhecimento da sociedade não indígena e, que promove um afastamento da sociedade resultando em muitas vezes em uma total exclusão social. Somado a isto, a perda da cultura tradicional provocada pela destruição ambiental e ocupação da terra indígena e discriminação étnica resultantes do processo colonizador são responsáveis pelo fato de essas populações indígenas em todo o mundo estarem em condições de maior vulnerabilidade aos agravos na saúde.

Na época da discussão e posterior construção da Usina Hidroelétrica de Itaipu a região no qual habitava o Avá Guarani era na Tríplice fronteira:

Toda região próxima à tríplice fronteira (oeste do Paraná até Guaíra e parte do Paraguai e da Argentina próxima à fronteira com o Brasil, em Foz do Iguaçu) é considerada pelos Avá-Guarani de Oco'y como sua região tradicional, ou seu Tekohá Ymã, território tradicional. Esta noção está em consonância com a presença de parentes por áreas indígenas desta região, já que consideram que por ali vivem e se relacionam entre aldeias há tempos imemoriais. Entretanto, eles também viveram, especialmente no século XX, pressões da sociedade envolvente que fizeram com que (como eles dizem correntemente) “se esparramassem” pela região e assim tenham relações de parentesco também “esparramadas”. (ALBERNAZ 2009, p. 65)

Registros etnológicos apontam que o Guarani é o maior povo indígena da América do Sul, são conhecidos pela procura da “terra sem males buscam terras que tenham água corrente e mata”. A maioria da população guarani vive em pequenas aldeias ou acampamentos, conforme o que diz Nacke (2003).

Com a construção da Hidroelétrica de Itaipu Binacional, as dificuldades aumentaram, pois o estímulo ao desenvolvimento econômico passa a estimular a colonização do oeste do Paraná, região então habitada por este povo. Ignorados pelo Instituto Nacional da Reforma Agrária (INCRA) e pelo Instituto de terras do Paraná passaram a ser ameaçados pelos grileiros e jagunços. Dispersaram-se para outras regiões do Brasil, Paraguai e Argentina, e uma parcela permaneceu na área de Oco'y /Jacutinga.

O INCRA na época que tinha a responsabilidade de recolocação do povo, mas a prioridade foi dada para os agricultores. Para a demarcação das terras indígenas foi necessário um estudo antropológico que atestasse a presença realmente do povo indígena na área. Como forma de equilibrar as ações a Itaipu Binacional

## 2.2 CONSTRUÇÃO DA HIDROELÉTRICA DE ITAIPU

Os primeiros estudos realizados para o aproveitamento energéticos ocorreram na administração do presidente Juscelino Kubitschek (1956 – 1960), cujo objetivo era atrair os olhares de grandes investidores capitalistas para o Brasil de maneira a acelerar a industrialização interna, o que desta maneira levaria o Brasil a se tornar uma grande potência mundial economicamente se falando.

O projeto “Brasil Grande Potência” idealizado pelos militares nos anos 70 propunha e impunha uma visão do território nacional entendido como somatório de recursos mais ou menos disponíveis, conjunto de riquezas a serem apropriadas, e o Estado, agente histórico da realização do destino de grandeza da nação, propulsor das forças “desenvolvimentistas”, intervém na produção e reprodução do espaço visando simultaneamente prover as condições gerais para a acumulação capitalista e “estender a nação à totalidade do território” (ARAUJO 1991, p. 40).

Germani (2003), diz que na medida em que esse processo se acelerava em terras brasileiras o governo incentivava novos empreendimentos no setor industrial e agrícola. Em busca de o milagre econômico crescer “cinquenta anos em cinco”, os olhos dos governantes se voltaram para a construção de grandes hidroelétricas. A justificativa era de que a utilização da energia seria importante para a economia, se tornando a mola propulsora para o desenvolvimento industrial. Rosa (1995) afirma que a hidroeletricidade, para a realidade brasileira na época era considerada a melhor solução técnica e econômica, que não podia ser comparada com a energia nuclear.

Entende-se também que a criação da usina de Itaipu foi devido à dificuldade política existente entre o governo brasileiro e paraguaio, pelas terras acima de Guaíra, já para o lado de Mato Grosso do Sul que já havia sido disputada na Guerra do Paraguai, que mesmo após o seu termino as duas nações buscavam ajustar os limites fronteiriços, o que nunca ocorreu. O governo brasileiro dizia que suas terras se davam a partir das primeiras quedas das Sete quedas, já o governo paraguaio afirmava que os limites eram abaixo das últimas quedas.

Por longos anos o governo brasileiro realizou estudos na região de Sete Quedas, na fronteira com as terras paraguaias, objetivando avaliar o potencial hidroelétrico da região, a fim de confirmar se valeria ou não o investimento e se iria de encontro com as necessidades de demanda energética brasileira. Os estudos foram realizados de forma sigilosa, pois se acreditava que a construção da hidroelétrica poderia ser feita somente do lado brasileiro desviando o leito do Rio

Paraná antes da fronteira com o Paraguai. De forma acidental o governo paraguaio soube desses estudos e a relação do então presidente do Paraguai Stroessner estremeceu e Menezes (1987) diz que foi por meio da publicação feita pelo Jornal do Brasil referente às Sete Quedas e os estudos energéticos a mando do governo brasileiro que soube das intenções pela região do Rio Paraná, em confluência com os rios Paranaíba e Grande. De imediato o governo paraguaio alegou que era necessária uma autorização, o governo brasileiro não tinha direito de exploração das terras, pois não eram de propriedade brasileira.

É importante ressaltar que a região não havia sido demarcada no final da Guerra da Tríplice Aliança e que o Tratado de Paz e Limites que foi assinado em 1872 deixou de fora a região das Sete Quedas, pois Argentina e Bolívia também reclamavam sua soberania na região. Menezes (1987) esclarece que várias tentativas para essa demarcação foram feitas, mais nenhuma foi efetiva para o acordo entre as duas nações.

Silva (2006) afirma que a intenção do governo brasileiro de 1961 era de não considerar as águas fronteiriças, para tanto desviaria o curso do rio antes da fronteira com o Paraguai.

Localizada na região da 'tríplice fronteira', o governo buscava ocupar estrategicamente o espaço fronteiriço com o Paraguai e a Argentina, impondo um projeto de dimensões gigantescas, que pudesse definir seu controle sobre o 'conesul' da América do Sul, e no mesmo sentido, trazer o país guarani para seu eixo de influência afastando-se da tradicional dependência com a Argentina (CATTÁ 2009, p.190).

Outro aspecto importante fora os aqui citados sobre a escolha da região para construção da hidroelétrica se deve ao relevo do leito do rio, que promovia um aumento da correnteza, sinal importante no que se refere ao potencial energético. Confirmadas da seguinte maneira:

Naquele local, encontrava-se uma ilha, quase sempre submersa, chamada Itaipu, logo após uma curva acentuada de rio, onde a correnteza parecia medir forças com os barrancos e a poucos quilômetros da confluência com o Rio Iguaçu. Estudos indicavam para aquele ponto um rendimento energético excepcional, em virtude de um longo cânion escavado pelo Rio. (ITAIPU, 2015)

Na visão de Catta (2009) o governo brasileiro, a partir da área onde seria localizada Itaipu, formaria um "polo" com intenso povoamento, trabalho e elevação de padrão de vida, modernizando as estruturas produtivas, impulsionando a economia da fronteira e, principalmente, abrindo as portas dos países da América do

Sul para os produtos brasileiros.

A partir da realização desse projeto na fronteira o governo brasileiro acreditava que havia encontrado uma alternativa para se tornar uma grande potência econômica a melhor opção para enfrentar as dificuldades de sobrevivência.

Frente a esta situação de dependência de acordo com governo paraguaio para atingir sua independência energética e desenvolver sua industrialização, o governo brasileiro buscou investir em acordos políticos e econômicos com o Paraguai. E ambos os governos em janeiro de 1964, já no governo de João Goulart, firmaram um acordo que findaria as divergências e resultaria na construção da Itaipu Binacional. Em 1973 foi assinado o Tratado de Itaipu que Amaral e Silva descrevem assim:

Os presidentes Médici e Stroessner assinaram o Tratado que ficou conhecido como Itaipu, mas cujo nome completo é “Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai para o aproveitamento hidrelétrico dos recursos hídricos do rio Paraná, pertencentes em condomínio aos dois países, desde inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guairá até a foz do rio Iguaçu” (AMARAL E SILVA, 2006, pg.87).

Segundo o artigo XIII do Tratado de Itaipu, “a energia produzida pelo aproveitamento hidroelétrico será dividida em partes iguais entre os dois países, sendo reconhecido a cada um deles o direito de aquisição da energia que não seja utilizada pelo outro país para seu próprio consumo”.



(Miriam & Miriam. *Geografia: Os Recursos Minerais e Energéticos*. São Paulo: Nova Geração, 2000)

Localização da Hidroelétrica de Itaipu

Fonte: Miriam & Miriam 2000



Depois de firmado o Tratado, segundo Mazzarollo (2003) foram apresentados duas possibilidades de construção, uma em que seria uma única barragem, com grande poder de geração de energia que se chamaria de Itaipu; a outra próxima das Sete Quedas em Guaíra seria a construção de duas barragens, mais caro e com menos quilowatts. Mais o que se concretizou foi à primeira possibilidade, capaz de gerar mais de 12 milhões de quilowatts divididas entre o Brasil e Paraguai de maneira igualitária.

A solução para que não ocorressem mais controvérsias sobre as fronteiras e também sobre os direitos de aproveitamento criou-se então a entidade conhecida mundialmente a Itaipu Binacional, constituída pelo governo brasileiro e paraguaio representada pela Eletrobrás e pela Ande, com igual participação no capital com regulação pelas normas no tratado de Itaipu:

A partir da criação da Binacional iniciam-se as obras no rio Paraná e em 14 de outubro de 1978 ocorre a abertura do canal do desvio do rio Paraná, que secou o leito do rio para a construção da barragem principal em concreto e a formação do lago. O lago artificial, considerado como um dos maiores do mundo com capacidade de 29 milhões de metros cúbicos e 200 quilômetros de extensão.

O Lago da Usina Hidrelétrica de Itaipu criou uma série de alternativas econômicas que aos poucos foram sendo exploradas pelos municípios ribeirinhos como o ecoturismo e a pesca desportiva. A sua formação mudou todo o aspecto geográfico da região.



Lago de Itaipu  
Fonte: Itaipu 2015

No Tratado de Itaipu, no artigo XVII, lê-se que as desapropriações das terras necessárias para a construção da hidroelétrica deveriam ser efetuadas pelo governo de cada um dos países em seu respectivo território. Após os estudos pertinentes a Binacional delimitou e demarcaram as áreas necessárias, realizando o recadastramento dos terrenos, exame de documentação e posterior negociação para a desapropriação e indenizações.

Mas, desconhecimento das especificidades culturais das populações afetadas pela implementação de um “projeto de desenvolvimento”, desencadeia uma série de consequências negativas, como podem ser observadas na história dos Guaranis atingidos pela usina hidrelétrica Itaipu Binacional a falta de planejamento, de apoio e a precariedade do acompanhamento no novo local durante os três primeiros anos, configuram um quadro extremamente crítico, especialmente no que se refere à subsistência e à saúde da população reassentada (COSTA, op. cit., p. 78-79).

Complementando Conradi (2009, p. 94) afirma que as primeiras ações empregadas pelo governo tinham como objetivo desqualificar a presença ou mesmo negar a existência de índios na região. A FUNAI e a Itaipu elaboraram propostas objetivando atender aos interesses do Estado no que se refere a presença indígena na região.

Santos & Nacke (2003) de uma forma mais simplificada diz que: é preciso assegurar àqueles que são prejudicados por tais projetos, devido à desapropriação de suas propriedades, por seu reassentamento forçado, por perda de empregos e de relações de vizinhança, entre outros efeitos negativos, que tenham efetiva oportunidade de reconstituírem suas condições de vida, em termos socioculturais e econômicos. E alerta para a seguinte condição para os projetos hidrelétricos implica na consideração à existência de múltiplos atores sociais e de diferentes interesses políticos, econômicos e empresariais. Não se trata só de desafios de engenharia, nem tampouco do domínio de novas tecnologias, onde cada projeto tem sua especificidade.

A implantação desse megaprojeto provocou, entretanto, vários problemas sociais e ambientais, alguns dos quais continuam apresentando sequelas. Entre esses, ressaltam-se aqueles causados para os índios Guaraní, dos subgrupos Mbyá e Nandeva, que viviam nas imediações dos rios Jacutinga e Oco'y, pequenos afluentes do rio Paraná, atingidos pela formação do reservatório... À época da formação do reservatório, a Itaipu Binacional localizou de forma emergencial os indígenas numa pequena restinga, formada pelo lago. A partir daí os Guaranis começaram um processo de

reivindicação junto à empresa, visando à obtenção de uma área adequada para abrigar sua aldeia. Os desdobramentos desse processo não foram pequenos, nem pouco significativos (SANTOS & NACKE, 2003, p. 22)

A Itaipu ofereceu provisoriamente uma gleba de terra localizada entre a faixa de segurança do lago e as propriedades privadas da região de Santa Rosa de Oco'y, no município de São Miguel do Guaçu. O argumento eram de assentar provisoriamente as famílias nessa faixa, pois se tratava de uma área de preservação. E assim é que deste o ano 1982, surge a comunidade de Oco'y, com 251 hectares (CONRADI 2009, p. 46).

Em 1995 desgastados pelas promessas um grupo sai de Oco'y e vai para o Refugio Biológico de Bala Vista, que é uma área de preservação ambiental permanente do lago de Itaipu dando origem a aldeia Tekoa Paraná. Com as negociações intensas com a direção de Itaipu as famílias retornam ao Oco'y e em 1997 é concluída a compra de uma área em Diamante do Oeste, mais o contexto ambiental, fundiário e demográfico do Oco'y não se altera (CONRADI 2009, p. 46).

Albernaz (2009) alerta que a área de Oco'y tem organizações sociais considerados autóctones, que ao conseguirem outra terra continuaram ser Avá-Guarani, com residência pós-marital, a disponibilidade de espaço e famílias extensas.

França (2010, p. 27) complementa com a seguinte afirmação: “todo processo de geração de energia elétrica, independente da fonte, envolve custos diferenciados e acarreta imensuráveis impactos”. Em se falando de Itaipu, devido à inundação de grandes áreas também traz e causa problemas ambientais e sociais. Ainda complementa da seguinte forma: enfatiza que “o reservatório se torna um elemento novo na paisagem, provocador de reflexos variados na estrutura social e econômica. Já no período de operação e aproveitamento hidrelétrico, novos impactos surgem e outros se tornam permanentes”, segundo França (2010, p. 63).

Santos (1997, p. 111) complementa com seguinte afirmação: “cria-se uma configuração territorial que é cada vez mais o resultado de uma produção histórica e tende a uma negação da natureza natural, substituindo-a por uma natureza inteiramente humanizada”.

Entende-se que a constante busca do homem pelo desenvolvimento de suas ações, muitas vezes não percebe que consegue modificar a natureza através da exploração do ecossistema, e o resultado desta procura leva a depredação, que as

vezes se torna irreversível.

De uma maneira compactada Queiroz (2013) enumera os principais impactos provocados pela construção da Usina Hidroelétrica de Itaipu:

- Modificação a economia local, pois com o aumento no uso de materiais e energia, estes sofrem inflação, o que prejudica financeiramente os moradores locais;
- Aumento inesperado da população, gerado pela vinda de trabalhadores de fora, gera problemas com o aumento de resíduos, tanto lixo, quanto resíduos sanitários;
- Alteração da vazão, do fluxo da corrente, o aumento da profundidade, o alargamento do leito, a elevação do nível do lençol freático e a geração de pântanos;
- Alteração da umidade, temperatura, evaporação, ventos e precipitação;
- Assoreamento que provoca uma diminuição da vida útil do reservatório; a erosão, causando a perda do solo e das arvores;
- Perda da biodiversidade, por aumentar a matéria orgânica e consequentemente diminuir os teores de oxigênio;
- Na perda da biodiversidade, pois exigem o deslocamento de muitas espécies nativas, causando a morte de muitos animais, alguns deles em extinção;
- Perda de materiais arqueológicos, que estariam localizados nas áreas alagadas;
- 
- Deslocamento forçado de famílias, muitas vezes ocorre à inundação de cidades inteiras, perdendo parte da sua cultura, das origens. Estas famílias normalmente são indenizadas e transferidas para outros locais, sofrendo também com adaptação a uma nova vida;
- O alagamento de grandes parcelas territoriais, incluindo áreas consideradas sagradas, como os locais tradicionais de sepultamento;
- A invasão das terras indígenas, facilitadas pela expansão das instalações do setor elétrico;
- A diminuição da disponibilidade da caça e pesca e a redução das áreas cultiváveis;

E aquelas pessoas que foram retiradas de suas terras e deslocadas para outras regiões, para muitos houve uma ressignificação de sua cultura, que estava toda alicerçada na região e que, de um dia para outro, perde essa referência, exemplo são os ribeirinhos e os povos indígenas.

Dados extraídos dos Relatórios de pesquisa realizados na área de Itaipu (DOC. R.II) mostram que as obras da barragem da hidrelétrica tiveram início em 1975 e em fins de 1982 começou o alagamento de uma área de 835 km<sup>2</sup> às margens do rio Paraná. Isso provocou a destruição e o desaparecimento de importantes e insubstituíveis elementos para uma reconstituição mais precisa das várias ocupações humanas. Agora, esse espaço é submerso pelas águas que formam o lago e sustenta as turbinas da Binacional (DEPRÁ, 2006, pg.29)

Assim o motor do desenvolvimento por meio da propriedade sobre a energia, o controle industrial transpassou o da sustentabilidade, as alterações nos sítios ecológicos e nos ecossistemas refletiram nas condições socioeconômicas,

sobrepondo-se a cultura e a história.

### 2.3 A SAUDE DO POVO AVA GUARANI DE OCO'Y

A Política Nacional de Atenção a Saúde dos Povos Indígenas cita que mais de 5 milhões de índios foram dizimadas por meio das expedições punitivas devido as manifestações religiosas e pela resistência a esses movimentos. Mais esses números são superados pelas epidemias por doenças infecciosas, que são reforçadas pela mudança do modo de vida da comunidade indígena causada pela colonização e a cristianização, que são reforçados pelo trabalho escravo e forçado, maus-tratos, confinamento e a sedentarismo devido o aldeamento.

Outros fatores como a perda da autoestima, desestruturação social, econômica e a perda de referencial cultural de forma individual e coletiva contribuíram significativamente para esta estrondosa diminuição da população indígena nas terras brasileiras. Não se pode dizer que isso somente ocorreu nos anos seguintes à chegada dos exploradores, atualmente as situações de conflito somado aos interesses econômicos e sociais em especial à posse da terra, exploração de recursos naturais e a implantação de grandes projetos são fatores a se destacar neste panorama.

É importante recordar que desde o início da colonização portuguesa o povo indígena foi assistido pelos missionários com o objetivo de catequizá-los de maneira a obedecer às políticas e interesses da coroa portuguesa. Passado os anos já no século XX a expansão das fronteiras e a construção de ferrovias provocaram um massacre do povo indígena e elevaram os indices de mortalidade por doenças transmissíveis (ALBERNAZ, 2009).

A FUNASA foi criada pela junção das seguintes instituições vinculadas ao Ministério da Saúde: FSESP, SUCAN, E DATAPREV e, acreditava que por este meio a população indígena poderia ser inserida na sociedade nacional através dos projetos educacionais e agrícolas, mais não houve êxito quanto o esperado. A assistência à saúde dos povos indígenas, no entanto, continuou de forma desorganizada e infrutífera. Mesmo com a criação do serviço de Unidades Sanitárias Aéreas pelo Ministério da Saúde em 1950, o atendimento ao povo indígena ainda era caótico, com a extinção do Serviço de Proteção ao Índio foi criada a Fundação Nacional do Índio, a FUNAI. Era a tentativa de suprir à falta de assistência a

população indígena, mas esbarrou na grande diversidade e a dispersão geográfica das comunidades, que somados a carência de suprimentos e da dificuldade de capacitação do pessoal administrativo e dos recursos humanos (qualificação) para trabalhar nas comunidades indígenas, e fatores financeiros aliados à precariedade da estrutura básica da saúde e ausência de planejamentos dificultou ainda mais o sucesso da FUNAI.

Com a criação da Política Nacional de atendimento ao Povo Indígena pelo ministério da Saúde, FUNASA e FUNAI e outras para atender a criação do Sistema Único de Saúde, a assistência ao indígena não poderia ser mais de responsabilidade da FUNAI nem do Ministério da Justiça e sim pelo Ministério da Saúde, que é a única com abrangência em todo território brasileiro.

Também não houve por parte desta política pública de saúde um levantamento se a comunidade indígena tinha um sistema e práticas relativas ao tratamento e a prevenção da saúde indígena. Sempre se pensou que os índios eram pessoas integradas ao contexto de suas relações sociais e com o ambiente natural com a sociedade ao seu redor e não que possuíam uma estrutura social e cultural.

A nova modalidade de atenção e não somente de assistência contemplava o preparo dos profissionais das EMSI em conhecimentos antropológicos e de medicina ocidental com a participação dos indígenas. No Paraná as comunidades recebem a atenção a partir de 1999/2000, antes as ações eram de responsabilidade do MS/FUNASA como imunizações e recursos humanos, saneamento, coordenadas pela FUNAI e organizações não governamentais.

O Manual de Atuação do Ministério Público Federal de 1999 afirma que:

Com a I e a II Conferencia Nacional de Proteção à Saúde do Índio, nos anos de 1986 e 1993 foi proposto um novo modelo de atendimento diferenciada com base nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, na qual garante ao povo indígena o direito ao acesso universal e integral à saúde. Obedecendo a etapas de planejamento, execução e avaliação de ações a fim de suprir as necessidades das comunidades indígenas com o envolvimento de todos (1999, p. 8).

Em outras palavras o objetivo deste novo modelo é a garantia aos povos indígenas o acesso à atenção integral à saúde, obedecendo às diretrizes do Sistema Único de Saúde, respeitando a diversidade social, cultural, geográfica, histórica e política.

Atualmente de uma forma mais sucinta, a Política Nacional de Saúde para os povos indígenas integra a Política Nacional de Saúde, compatibilizando as

determinações das Leis Orgânicas da Saúde Lei 8.080, de 19 de setembro de 1990 com as da Constituição Federal, de 1988, que reconhece aos povos indígenas, suas especificidades étnicas, culturais e seus direitos territoriais. Esta proposta é regulamentada pelo Decreto nº 3.156 de 27 de agosto de 1999, que dispõe sobre as condições de assistência à saúde dos povos indígenas e pela medida provisória nº 1.911-8 que prevê a transferência do quadro de recursos humanos e outros bens destinados às atividades de assistência à saúde da FUNAI para a FUNASA, e pela Lei nº 9.836/99, de 23 de setembro de 1999, que estabelece o Subsistema de Atenção à Saúde Indígena no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Em 2002, o Ministério da Saúde (MS) e a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) lançaram a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas (Pnasi), onde visa garantir a esses povos o exercício de sua cidadania no que concerne à promoção, proteção e recuperação da saúde. Para isso aponta para a criação de uma rede de serviços especiais nas terras indígenas, buscando promover entre essas populações, a cobertura, o acesso e a aceitabilidade ao Sistema Único de Saúde (SUS).

A criação dessa rede especial de serviços está baseada na definição territorial de 34 distritos sanitários especiais indígenas (DSEI), orientados segundo a política para um espaço etnocultural dinâmico, geográfico, populacional, e administrativo bem delimitado. A Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas determina que as equipes multidisciplinares de saúde dos distritos deverão incluir agentes indígenas de saúde (AIS), técnicos de enfermagem, enfermeiros, odontólogos e médicos. A participação sistemática de antropólogos e outros profissionais e técnicos especialistas nas questões indígenas dentro de cada distrito sanitário indígena. Nas aldeias, a atenção básica será realizada por intermédio dos Agentes Indígenas de Saúde nos postos de saúde e pelas equipes multidisciplinares periodicamente, conforme planejamento das suas ações. Na organização de serviços de saúde, as comunidades terão uma outra instância de atendimento, que serão os Polos Base. Os polos são a primeira referência para os agentes indígenas de saúde que atuam nas aldeias. Podem estar localizados numa comunidade indígena ou num município de referência. Neste último caso corresponde a uma unidade básica de saúde, já existente na rede de serviços daquele município. A maioria dos agravos à saúde deverão ser resolvidos nesse nível. Os Polos Base Indígenas são compostos por médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem,

odontólogos e agentes de indígenas de saúde.

Por sua vez, a atenção hospitalar de média e alta complexidade deve ser feita, segundo a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, mediante um sistema de referência e contra referência apoiado pelas casas de saúde indígena (CASA). Nesses centros hospitalares é recomendada pela Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas que seja estimulada a criação de serviços diferenciados que respeitem as características culturais dos índios e permita o acompanhamento por parentes, a visita de terapeutas da medicina tradicional indígena e, mesmo, a adequação do espaço de internação com a instalação de redes. Em outubro de 2010, a gestão deste subsistema de saúde indígena foi transferida por decreto presidencial da Funasa para o Ministério da Saúde, com a criação da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI).

Dentre os problemas encontrados por esses órgãos está a deficiência de informações a respeito da identificação étnica de alguns grupos e o domicílio resultando em grande dificuldade para a construção epidemiológica e consequentes ações voltadas para a atenção do povo indígena. Isso resulta em uma cobertura deficitária sanitária, somada a deterioração das condições de vida devido ao contato com o povo não indígena, a ausência da busca por casos infecciosos juntos com os problemas de acesso a essas comunidades como linguístico cultural, econômica e geográfica são empecilhos para que, no Brasil, a assistência indígena seja eficiente.

Já a população indígena por sua vez, embora disponha de forma própria de organização e participação nos fóruns de política indigenista, vem enfrentando dificuldades para exercer um adequado controle social nos conselhos gestores de saúde e formular e encaminhar suas próprias propostas de organização e funcionamento do sistema de saúde. Parte destes problemas está ligada à falta de informação e capacitação (formação) de seus representantes sobre os aspectos institucionais da questão saúde.

Como objeto de estudo, o Avá Guarani de Oco'y apresentam outros fatores que somados a estes citados que são de extrema preocupação quanto às políticas sanitárias a serem aplicadas nesta região para que haja diminuição dos quadros relatados. Sabe-se que a mudança ambiental influenciou diretamente no estilo, hábitos e costumes, tendo provocado sérios impactos na saúde.

Dentro do cenário da urbanização no Brasil tem mobilização e a migração tem interferido diretamente na questão da saúde indígena no cenário atual.



O processo de mudanças socioculturais e econômicas que tem sido experimentado por significativa parcela das sociedades indígenas no Brasil, que se acelerou nas últimas três décadas, tem levado à produção de um contingente populacional marcadamente pobre e altamente suscetível a vários agravos à saúde. Mudanças nos padrões de comportamento sexual e reprodutivo, comumente caracterizadas pela relação de homens e ou mulheres indígenas com não índios, tornam-se frequentes em situação de contato e de enfrentamento com colonos, garimpeiros, militantes em zonas de fronteira e outros. (COIMBRA e GARNELO 1994, p.17)

No caso do Avá Guarani devido a usurpação e vendas de suas terras, concentrou a população a pequenas extensões de terras, aglomerando um número de pessoas em uma mesma área, que somados a baixa infraestrutura, contrário a organização sociocultural indígena, resultou à dependência ao assistencialismo governamental, falta de perspectivas, sedentarismo e desesperança ao retorno de sua terra de origem.

O contato com o não índio e a introdução de bebidas alcoólicas, que muitos pensavam que seria para acalmar os conflitos originou em um dos problemas mais sérios de saúde no povo indígena, o alcoolismo.

Os povos indígenas são marcados pela habitual mortandade, violência e mesmo pela prostituição de crianças e suicídios, como fuga da miséria. Entre os Caiuás (que designa tanto os Guarani-Kaiowá como os Guarani-Ñandeva), a desnutrição infantil e o alcoolismo são suas maiores máculas, reduzidas pelo fornecimento de cestas básicas realizado pelos governos estadual e federal. No início do ano de 2007, entretanto, após a suspensão de distribuição de 11 mil cestas de alimentos pelo governo estadual, seis mortes foram relacionadas à desnutrição, somadas às 47 crianças indígenas, menores de quatro anos de idade, que de 2005 até fevereiro daquele ano padeceram de idêntica sorte (CORREA, 2007p. 79).

A dependência das drogas causa uma das maiores doenças que acomete grande parte das populações indígenas em todo o estado do Paraná, atingindo principalmente os jovens que com poucas alternativas de trabalho e baixa escolaridade.

Drogas são, enfim, substâncias em relação às quais usos e tradições mudaram a partir de diferentes mudanças e costumes históricos, com os padrões de tolerância em relação ao uso de drogas sofrendo significativas transformações em termos históricos e, também, em termos espaciais, variando constantemente de um país para o outro e de uma época para a outra. Só a partir de tais mudanças tais usos e tradições podem ser compreendidos. E compreendê-los ajuda, finalmente, a captarmos nuances das sociedades e das épocas nas quais o consumo de tais substâncias se deu; às vezes de forma livre, outras vezes a partir de uma associação com os setores menos valorizados socialmente e outras, finalmente, sob o símbolo do status e da sofisticação (SOUZA 2004 p.99).

Marques & Ribeiro (2002) consideraram o consumo de álcool em três formas básicas: uso, abuso e dependência. Sendo que a primeira se caracteriza pela

ingestão de uma pequena quantidade de álcool na qual não trará comportamentos de risco, mas que impreterivelmente, trará algum dano/prejuízo ao consumidor, seja âmbito biológico, social ou psicológico. Já no Abuso há um claro déficit cognitivo caracterizado por estados de Euforia e conseqüente depressão, geralmente após algumas horas de uso, em momentos de Euforia o comportamento agressivo pode ser exacerbado diminuindo consideravelmente a tolerância a frustrações trazendo assim muitos danos sociais como acidentes de carro e brigas.

Alcoolismo é estado psíquico e, também, geralmente físico, resultante da ingestão do álcool, caracterizado por reações de comportamento e outras que sempre incluem uma compulsão para ingerir álcool de modo contínuo ou periódico, a fim de experimentar seus efeitos psíquicos e por vezes evitar o desconforto de sua falta, a tolerância ao mesmo podendo ou não estar presente (BERTOLOTE apud QUILLES, 2000, p.6).

Segundo Douglas (1987), o uso do álcool não só conduz a um relaxamento dos padrões culturais, mas também a comportamentos altamente padronizados e aprendidos, que diferem de uma cultura para outra.

Em relação ao alcoolismo estão relacionados casos de homicídio, suicídio, violência entre grupos, incestos, abusos sexuais, estupros, que elevam o índice de mortalidade entre os jovens e adultos.

A maioria dos suicídios que ocorrem nas aldeias indígenas está relacionada diretamente aos fatores idade, que atinge os jovens menores de 20 anos, pois não conseguem concluir os estudos, preconceito que dificulta a inserção no mercado do trabalho, pois são vistos ou estigmatizados como indivíduo que não trabalha. Como aponta Masuzaki (2015), houve determinações de empresários para que não se contratasse mão de obra indígena.

No relatório “Progresso pode matar” (SURVIVAL INTERNACIONAL, 2015), que demonstra que o povo Guarani possui a maior taxa de suicídio do mundo, que o autor relaciona com a falta de terra e exclusão social.

Para Foti (2004), os problemas que atingem ao Avá Guarani, como alcoolismo, crises políticas e territoriais são os mesmos que atingem muitos outros povos. No entanto o jejuvy: um sentimento de aperto na garganta que precede o suicídio, através de enforcamento ou envenenamento, meios que atacam diretamente a garganta. Este é um ato interpretado como um mal à espreita e que, cada vez que acontece, é internalizado pela comunidade. O suicídio é um ato de desgosto e de mal-estar coletivo e passa a ser uma forma de resistir às pressões recebidas externamente.

Já grande parte das doenças identificadas nas populações indígenas, muitas vezes de forma letal está relacionada diretamente ao contato com o povo não índio, desde os conquistadores como a varíola que provocou a morte de mais de 500 mil índios, e mais de 30 mil faleceram pela disseminação da peste vinda de Portugal (Cimi 2001). Já Arantes (2008) relaciona assim:

Se no início do século passado os grandes vilões que ameaçavam a integridade dos povos indígenas foram os vírus e bactérias trazidos pelos não índios, na atualidade, as grandes ameaças são as transformações socioambientais às quais eles estão sendo submetidos desde a segunda metade do século XX até agora, início do século XXI. A restrição territorial e a adoção de novos regimes econômicos têm levado os povos indígenas a drásticas alterações nos sistemas de subsistência, ocasionando empobrecimento e dificuldade de sustentabilidade alimentar, muitas vezes com sérias consequências para a saúde dos grupos indígenas nacionais (ARANTES, 2008).

Coimbra e Santos (1993) afirmam também que o complexo quadro de saúde indígena está diretamente relacionado a processos históricos de mudanças sociais, econômicas e ambientais atreladas à expansão de frentes demográficas e econômicas nas diversas regiões do país ao longo do tempo. E essas frentes tem grande importância sobre os fatores que determinam o perfil da saúde indígena, por meio da introdução de patógenos que provocam graves epidemias ou pela usurpação do território que ocasiona a diminuição da subsistência, perseguição e morte dos indivíduos.

Quanto à subsistência as comunidades indígenas Avá Guarani além de caça e da pesca dependem da agricultura, só que mudanças ocorridas tanto no “jeito de ser” por alterações na economia, deslocamento e o aprisionamento em pequenas áreas ocasionaram um empobrecimento e a carência alimentar. Também a proximidade com as regiões urbanas e ambientes degradados deixaram de produzir o seu próprio alimento interferem junto da qualidade alimentar.

A importância da mata na vida do Avá Guarani está estritamente ligada ao perfil epidemiológico desse povo indígena. Para eles existem seres que provocam doenças nas pessoas que estão na Terra. Mas, a mata que “segura” as doenças que vêm, dizem o Avá Guarani, com o vento, para que elas não cheguem à aldeia, da mesma forma que “segura” a umidade na terra através do orvalho que se forma na vegetação, assim protegendo a aldeia das doenças como também a Terra para ela não ser queimada pelo Sol. Desta forma, para o Avá Guarani, a mata é tanto provedora de alimentos e de matérias-primas necessárias à vida humana, locus de

doenças e perigos, e também protetora para que estes (as doenças e os perigos) não estejam na aldeia (Albernaz 2009).

As doenças para o Avá Guarani, muitas vezes não são distinguidas como doença de índio ou doença de branco. Em muitas vezes correlacionam as causas aos espíritos ou fenômenos extras- humanos sejam os da alma de mortos que não conseguiram chegar ao Yvy Marãe'y (terra sem mal), os dos bichos e dos donos dos bichos, através do encantamento do bicho, ou como “prisão da alma” feita como represália aos abusos dos humanos nos domínios da mata. Mas também podem ser causadas por “mau olhado” de pessoas que têm certas características (pessoas que têm corpo feio, hete vai, como os filhos do saci, ou das pessoas que apresentam mau comportamento, como o de se embriagar) que causam a doença, principalmente nas crianças, ou ainda pela inveja ou simplesmente maldade de alguém que faz um feitiço (Albernaz 2009).

Complementa também a autora, que através das rezas os oporaívas (auxiliares religiosos) adquirem força e conhecimento para curar, destacando-se o poder, como eles dizem, de “ver a doença”, ou seja, de ver qual o problema que afeta a pessoa que está doente. Segundo o sistema de crenças Avá Guarani, e são os Deuses que falam em sonho para o oporaíva quais remédios curarão as enfermidades. A relação dos oporaívas com os Deuses através da reza e dos sonhos é assim, para o Avá Guarani, intrínseca à cura e à negociação com os seres da mata.

Dentre os tipos de doenças e os processos de cura relatados pelo Avá Guarani de Oco'y, Albernaz (2009) destaca:

- As doenças causadas pela aproximação de um anguére (alma de pessoa que já morreu) e que não consegue encontrar seu caminho de retorno para o Yvy Marãe'e. Estes anguéres geralmente se aproximam de seus parentes que estão vivos durante a noite, quando estes estão dormindo. Fazem isto porque têm saudades ou porque querem ajuda para se salvar (encontrar o caminho para o Yvy Marãe'y).
- As pessoas das quais os anguéres tentam se aproximar, geralmente têm pesadelos, falam e andam quando estão dormindo, assustam-se, passam a ficar inquietas, com dores de cabeça, com tontura, às vezes com o coração disparado ou com dores no coração. Os

oporaívas negociam com os anguêres, através das rezas, para que eles se afastem dos seus parentes vivos.

- As doenças causadas por encantamento ou aquebrantamento de bicho, processo chamado ojepotá que acontece quando uma pessoa se apaixona por um bicho pensando que ele é gente porque é assim que o vê. Neste processo a pessoa começa a ficar inquieta e a só querer ir para a mata ou para o lago, até o momento que começa a ficar amarela e morre.
- A pessoa que está ojepotá passa a se isolar do contato social e este é um signo de sua transformação em animal (do mesmo tipo do qual está apaixonada), até quando morre e sua alma passa a viver como um animal na mata. Isto acontece se o oporaíva não intervier para libertar a alma daquela pessoa que está se transformando em animal. Para a cura desta pessoa é feito um ritual específico, onde o oporaíva e seus ajudantes cantam, rezam, dançam e fazem a pessoa que está ojepotá dançar, receber baforadas de tabaco e girar em torno de si mesma muitas vezes até cair.
- Algumas doenças que aparentemente têm causas físicas, como dores nas costas e dores nas pernas e pés, também são atribuídas a causas espirituais, mais especificamente à inveja ou à maldade de alguém que tem antipatia pela pessoa.

## CONSIDERAÇÃO FINAL

Ao conviver com a população indígena da aldeia Oco'y, se percebe o quanto são resistentes, por que mesmo habitando na tríplice fronteira onde praticamente é falado o português, espanhol e o guarani, eles mantem vivo cultura e suas tradições, uma característica marcante desta aldeia.

Em visita a várias aldeias se notou que muitos dos que se declaram indígena não falam mais a língua, e por estes motivos que se estuda um pouco mais sobre esta aldeia, e se tenta trazer o mais próximo possível da realidade dos guaranis.

Ao se falar na comunidade do Avá Guarani os fatores aqui citados, contribuíram significativamente para o agravamento do quadro referente à saúde, primeiramente o deslocamento forçado de suas terras causado pela construção de Itaipu que resultou em uma cobertura deficitária sanitária e uma deterioração das condições de vida devido ao contato com o povo não indígena.

Com a expulsão de suas terras influenciando diretamente em seus estilos, hábitos e costumes, com o aglomerando um numero de pessoas em uma mesma área, favorecendo a propagação dos agentes etiológicos na comunidade. As bebidas alcoólicas e as drogas são introduzidas também no cotidiano das aldeias devido à desilusão e contribuindo para conflitos entre a comunidade indígena. Com todas essas desestruturação provocou os suicídios, através de um sentimento provocado pelo aperto na garganta (jejuvy).

Nas considerações finais ao se confrontar alguns referenciais bibliográficos se percebe que os impactos causados pela construção da Hidroelétrica de Itaipu para os Ava guaranis de Oco'y provocou alterações significativas no modo de vida dessa comunidade, isso não se pode negar mesmo que com o deslocamento forçado e o governo brasileiro acreditava que, somente transferido o território indígena da região da Tríplice Fronteira a situação para os indígenas estava resolvido.

Hoje é preciso algo a mais por parte dos governantes, que seja respeitado os direitos conquistados por essa comunidade. Entender que não há mais possibilidade de trata-los como iguais culturalmente e socialmente, pois apresentam uma cultura e uma estrutura social própria que precisa ser entendida. Com várias denúncias já no ano de 1994 o quadro de miserabilidade do povo indígena da região aumentou em decorrência da falta de assistência da FUNAI – ITAIPU.

“Vive-se, sobre a saúde dos povos indígenas do Brasil, em um cenário multicultural” e, segundo Hall (2003, p.52), “multiculturalismo se refere às estratégias e políticas adotadas para governar ou administrar problemas de diversidade e multiplicidade gerados pelas sociedades multiculturais”.

As condições internas das aldeias se deterioravam, as desilusões da saída de suas terras relacionam-se com alcoolismo e a prostituição e as mudanças para os grandes centros metropolitanos para vender artesanato ou esmolar cresceu de forma assustadora, mas em sua maioria muitas permaneceriam no local, pois constituíram famílias, mas estariam desempregadas e engrossaram os cinturões de pobreza nas cidades próximas da hidroelétrica.

## REFERENCIAS

ALBERNAZ, Adriana C. R. **Antropologia, História e Temporalidades entre os Avá- Guarani de Oco'y (PR)**.UFSC: Florianópolis, 2009.

AMARAL E SILVA, Ronaldo Alexandre do. **Brasil Paraguai: Marcos da política pragmática na reaproximação bilateral, 1954-1973**. Um estudo sobre o papel de Stroessner e a importância de Itaipu. Brasília. IREL/UNB, 2006.

ARANTES, Rui. **Transformações socioambientais, suas repercussões para a saúde dos Povos Indígenas e o caso Xavante**. In: FLORIA, Cristina; MUNIZ FERNANDES, Ricardo. Tradição e resistência: encontro de povos indígenas. São Paulo: Edições SESCSP, 2008. BONAVIDES, Paulo. Curso de Direito Constitucional. São Paulo: Malheiros Editores, 2008.

ARAÚJO, Frederico Guilherme Bandeira. **Modernização e conflito no Brasil contemporâneo**. Porto Alegre. 1991.

BONAMIGO, Zélia. **Comunidade Mbya-Guarani: economia e relações com a sociedade**. “atrevida”. Revista Tellus, Campo Grande: ano 8, n.14, abr. 2009.

BRIGHENTI, C. A. **Necessidade de novos paradigmas ambientais, implicações e contribuição Guarani**. Cadernos PROLAM/USP, v. 2, ano 4, p. 33-56, 2005. Disponível em: Acesso em: 5 junho 2017.

CATTA, L. E. O cotidiano de uma fronteira: a perversidade da modernidade. Cascavel: Edunioeste, 2002.

CADOGAN, Leon. “**Aporte a la Etnografía de los Guarani del Amambai**”. Revista de Antropologia, Assunção, 1997.

CARVALHO, Edgar de Assis. **Ava – Guarani do Ocoy- Jacutinga**. Foz de Iguaçu, 1981.

CLASTRES, Hélène. **Terra Sem Mal**. São Paulo: Editora brasiliense. 1978

CIMI - CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Outros 500: construindo uma nova história**. São Paulo: Editora Salesiana, 2001.

COIMBRA JR, C. E. A.; GARNELO, L., **Questões de Saúde Reprodutiva da Mulher Indígena no Brasil**. Porto Velho: Fio Cruz, 2003.

CONRADI, Carla Cristina Nacke. **As Estratégias do Poder: a construção da Usina Hidrelétrica Binacional de ITAIPU e a atuação dos órgãos governamentais diante da presença indígena**. 2009. 100 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação de História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon.

CORRÊA, Hudson. **Desnutrição e alcoolismo assolam aldeias em MS**. Folha de S. Paulo. 04.03.2007. Brasil, A10.



COSTA, Zeila. **A usina hidrelétrica Itaipu Binacional e os Avá-Guarani do Tekoha Añetete.** In: SANTOS, Sílvio Coelho dos & NACKE, Aneliese (Org. Hidrelétricas e Povos Indígenas). Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2003.

DEPRÁ, Giseli. **O lago de Itaipu e a luta dos Ava-Guarani pela terra: representações na imprensa do oeste do Paraná.** Dourados: UFGD, 2006.

DOUGLAS, M. **Constructive Drinking: Perspectives on Drink from Anthropology.** Cambridge: Cambridge University Press.1987

FRANÇA, Francieli Mezzomo. **Da geração de energia para o lazer: estudo da usina– seu papel econômico e social na formação de territórios.** Francisco Beltrão – PR: UNIOESTE, 2010.

FOTI, Miguel Vicenti. **A morte por jejuvy entre os Guarani do sudoeste brasileiro.** Revista de Estudos e Pesquisas, Brasília, v. 1, n. 2, p. 45-72, dez. 2004.

FUNAI. **Terras Indígenas.** [s.d.]. Disponível em: Acesso em: ago. 2017

GERMANI, R. G. I. **Expropriados. Terra e Água: o conflito de Itaipu.** Canoas: ULBRA, 2003.

HALL, S., **Da Diáspora: Identidade e Mediações Culturais.** Belo Horizonte: UFMG, 2003.

ITAIPU BINACIONAL. **Itaipu Binacional: mais energia para o Brasil.** Foz do Iguaçu, 2015.

LADEIRA, Maria Inês. **As Demarcações Guarani, a Caminho da Terra Sem Mal. IN: Povos Indígenas no Brasil 1996/2000** – Instituto Sócio Ambiental. São Paulo, 2000.

LEVI STRAUSS. **Olhar, escutar, ler.** Tradução de Beatriz Perrone-Moisés. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MARQUES, A. C. P. R.; RIBEIRO, M. (orgs.). **Guia Prático sobre Uso, Abuso e Dependência de Substâncias Psicotrópicas para Educadores e Profissionais da Saúde.** COMUDA - Conselho Municipal de Políticas Públicas de Drogas e Álcool de São Paulo. Secretaria de Participação e Parceria. Prefeitura da Cidade de São Paulo. São Paulo: 2002.

MASUZAKI, Teresa Itsumi. **A luta dos povos Guarani no extremo Oeste do Paraná.** Revista Pegada, Presidente Prudente, v. 16, número especial, 2015.

MAZZAROLLO, Juvêncio. **A taipa da injustiça: esbanjamento econômico, drama social e holocausto ecológico em Itaipu.** Edições Loyola e Comissão Pastoral da Terra do Paraná. São Paulo, 2003.

MELIA, Bartolomeu. **A Experiência religiosa do Guarani.** São Paulo: Vozes, 1989.

MENEZES, Alfredo de Mota. **A herança de Stroessner: Brasil - Paraguai 1955-1980**. Campinas: Papyrus, 1987.

MONTEIRO, C.A., **Velhos e Novos Males da Saúde no Brasil: A Evolução do País e de suas Doenças**. São Paulo: Hucitec. 1982.

NACKE, Anelise. **Hidroelétricas e povos indígenas**. Florianópolis. Santa Catarina, 2003.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **Os descaminhos da identidade indígena**. São Paulo, 2014.

PEREIRA, Levi Marques. **Imagem Kaiowá do sistema social e seu entorno**. USP. São Paulo, 2004.

**Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas**, 2002  
<[http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_saude\\_indigena](http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_saude_indigena). Acesso: 10/07/2017.

RESOLUÇÃO do CONAMA Nº 001, de 23 de janeiro de 1986. Disponível em: Acesso em 29 de maio de 2017.

ROSA, L.P. **Estado, Energia Elétrica e Meio Ambiente: Casos das grandes barragens**. COOPE/UFRJ, 1995.

SANTOS, R.V., 1993. **Crescimento físico e estado nutricional de populações indígenas brasileiras**. Cadernos de Saúde Pública, 9, 1993 (Sup. 1):46-57.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. 3ª Edição, Hucitec: São Paulo, 1997.

SANTOS, Sílvio Coelho dos & NACKE, Aneliese. **A UHE Binacional Itaipu e os Índios do Ocoí**. In: SANTOS, Sílvio Coelho dos & NACKE, Aneliese. Hidrelétricas e Povos Indígenas. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2003.

SCHADEN, Egon. **Aspectos fundamentais da cultura Guarani**. São Paulo: EPU, Editora da Universidade de São Paulo. 1962.

SILVA, Ronaldo Alexandre do Amaral. **Brasil – Paraguai: marcos de uma política pragmática na reaproximação 1954 – 1973**. Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

SOUZA, R. L. **O uso de drogas e tabacos em ritos religiosos e na sociedade brasileira**: uma análise comparativa Saeculum - REVISTA DE HISTÓRIA [11] 2004; João Pessoa, ago./ dez.

SURVIVAL INTERNACIONAL. Progress can kill: how impose development destroys the health of tribal people. 2015. Disponível em: Acesso em: ago. 2017.

**Tratado entre a República Federativa do Brasil e a República do Paraguai para o aproveitamento hidroelétrico dos Recursos Hídricos do Rio Paraná,** pertencentes em condomínio aos dois países, desde e inclusive o Salto Grande de Sete Quedas ou Salto de Guairá até a Foz do Rio Iguaçu. 26 de abril de 1973. Disponível em: Acesso em: 26 de maio de 2017.

QUILLES, M., 2000. **Mansidão de Fogo: Um Estudo Etnopsicológico do Comportamento entre os Índios Bororó de Merurí,** Mato Grosso. Dissertação de Mestrado, Cuiabá: Programa de Pós-Graduação em Saúde e Ambiente, Universidade Federal de Mato Grosso.

QUEIROZ, Rosemar. **Revista do Centro das Ciências Naturais e Exatas - UFSM,** Santa Maria. 2013.

## DECLARAÇÃO DE AUTORIA E RESPONSABILIDADE PELO TRABALHO

*Declaro para os devidos fins que este texto por mim apresentado como monografia, visando a obtenção do Diploma de Especialista em Sociologia Política pela Universidade Federal do Paraná, atende às seguintes condições: é de minha exclusiva autoria; na produção do referido texto não houve o uso indevido, antiético ou ilegal de trabalhos de outros autores, nem de práticas que possam ser consideradas como plágio; que a responsabilidade pela eventual ocorrência de práticas ilegais e antiéticas é exclusivamente minha; que não houve o auxílio de outras pessoas, remuneradas ou não, exceto, eventualmente, no que diz respeito à normalização ou revisão ortográfica do texto. Por fim, declaro estar ciente de que a eventual comprovação de tais práticas implicará em expulsão imediata deste curso, o que não me exime de outras penalidades previstas em lei.*

Curitiba, 06 de dezembro de 2017

  
OSVALDO NELSON VILLASANTI CACERES